

## LÍNGUA PORTUGUESA

1. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à ortografia, assinale a alternativa correta.

- (A) Enchugue o chão com este pano amarelo.
- (B) A casa foi invadida por homens fortemente armados.
- (C) O muro foi pixado por marginais.
- (D) **Tudo foi cuidadosamente encaixotado.**

2. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à pontuação, assinale a alternativa correta.

- (A) **Ainda em análise no Senado, o novo Código de Processo Civil (PLS 166/2010) prevê, entre outras medidas, a criação de instrumentos para reduzir o tempo de tramitação de processos pela Justiça brasileira.**
- (B) Ainda em análise, no Senado, o novo Código, de Processo Civil (PLS 166/2010) prevê entre outras medidas, a criação de instrumentos para reduzir o tempo de tramitação, de processos pela Justiça brasileira.
- (C) Ainda, em análise no Senado, o novo Código de Processo Civil (PLS 166/2010), prevê, entre outras medidas, a criação de instrumentos, para reduzir o tempo de tramitação de processos, pela Justiça brasileira.
- (D) Ainda em análise no Senado o novo Código de Processo Civil (PLS 166/2010), prevê entre outras medidas a criação de instrumentos para reduzir, o tempo de tramitação de processos pela Justiça brasileira.

3. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à acentuação, assinale a alternativa correta.

- (A) Ele não consegue dar o nózinho da gravata.
- (B) A comida está com gosto ruim.
- (C) **Quero comer uma taça grande de açaí.**
- (D) A rainha não se pronunciou nesta manhã.

4. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à acentuação, assinale a alternativa correta.

- (A) Quero tomar água de côco.
- (B) **O suco ficou uma delícia.**
- (C) O assento preferencial foi depredado.
- (D) Não temos gêlo.

5. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa em que o verbo destacado esteja no pretérito imperfeito do modo indicativo.

- (A) Ele **estivera** muito cansado.
- (B) **Ele estava** muito cansado.

- (C) Ele **estará** muito cansado.
- (D) Ele **estaria** muito cansado.

6. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa em que o verbo destacado esteja no pretérito perfeito do modo indicativo.

- (A) **Damos** muita atenção ao caso.
- (B) **Dávamos** muita atenção ao caso.
- (C) **Demos** muita atenção ao caso.
- (D) **Déramos** muita atenção ao caso.

7. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa em que o verbo destacado esteja no pretérito imperfeito do modo subjuntivo.

- (A) **Se eu dissesse** a verdade...
- (B) Eu **disse** a verdade.
- (C) Eu **direi** a verdade.
- (D) Quando eu **disser** a verdade...

8. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à concordância nominal, assinale a alternativa correta.

- (A) **É permitido entrada de clientes na cozinha.**
- (B) Segue incluso as atas da reunião de diretoria.
- (C) Hoje estou com menas paciência do que ontem.
- (D) Elas estão bastantes satisfeitas com o resultado.

9. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à concordância verbal, assinale a alternativa correta.

- (A) **A maioria dos jornalistas não conseguiu falar com a celebridade.**
- (B) Perto de 400 alunos não compareceu ao simulado.
- (C) Os Estados Unidos ainda está pensando em entrar na guerra.
- (D) Precisam-se de funcionários com experiência para este departamento.

10. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à concordância verbal, assinale a alternativa correta.

- (A) Três quilos são muito para eu carregar.
- (B) Não se deve poupar esforços para construir casas para os desabrigados.
- (C) 85% dos entrevistados não aceita o preconceito.
- (D) **Fui eu que paguei os seus estudos.**

## DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Em relação aos órgãos públicos, considerando a doutrina de Hely Lopes Meirelles, analise as assertivas abaixo.

- I. Não possuem personalidade jurídica.
- II. Os Ministérios são órgãos autônomos.
- III. Cada órgão, como centro de competência governamental ou administrativa, tem necessariamente funções, cargos e agentes, mas é distinto desses elementos.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III, apenas.

12. Considerando a doutrina de Hely Lopes Meirelles, os particulares que recebem a incumbência da execução de determinada atividade, obra ou serviço público e que o realizam em nome próprio, por sua conta e risco, mas de acordo com as normas do Estado e sob a permanente fiscalização do delegante, são classificados como

- (A) agentes delegados.
- (B) agentes honoríficos.
- (C) agentes políticos.
- (D) servidores públicos.

13. Sobre os poderes e deveres do administrador público, analise as assertivas abaixo.

- I. São aqueles expressos em lei, os impostos pela moral administrativa e os exigidos pelo interesse da coletividade.
- II. Um dos principais deveres do administrador público é o de prestar contas.
- III. O dever de probidade está constitucionalmente integrado na conduta do administrador público como elemento necessário à legitimidade de seus atos.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II, apenas.

14. Em relação ao uso e ao abuso de poder, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O uso do poder ocorre quando a autoridade ultrapassa os limites de suas atribuições.
- (B) O abuso do poder se dá pelo excesso ou desvio de poder.
- (C) O uso do poder, sem abuso, é prerrogativa da autoridade.
- (D) O remédio constitucional cabível nos casos de abuso de poder é o mandado de segurança.

15. É correto afirmar que a Petrobras é um(a)

- (A) Ministério.
- (B) Autarquia Especial.
- (C) Fundação Pública.
- (D) Sociedade de Economia Mista.

16. É correto afirmar que pertence(m) à Administração Pública Federal direta

- (A) Ministério da Saúde.
- (B) Fundação Oswaldo Cruz.
- (C) Empresas Públicas.
- (D) Autarquias.

17. É atributo do ato administrativo:

- (A) competência.
- (B) finalidade.
- (C) presunção de legitimidade.
- (D) forma.

18. É requisito do ato administrativo:

- (A) presunção de legitimidade.
- (B) imperatividade.
- (C) autoexecutoriedade.
- (D) objeto.

## DIREITO CIVIL

19. Sobre o disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins econômicos a que ela se dirige e às exigências das partes envolvidas.
- (B) Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.
- (C) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- (D) A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

20. Em relação aos defeitos dos negócios jurídicos, analise as assertivas abaixo.

- I. São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa.
- II. Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- III. São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II, apenas.

21. Comete ato ilícito, segundo o disposto no Código Civil, aquele que

- I. praticar ato em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido.
- II. por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral.
- III. por necessidade deteriorar ou destruir coisa alheia, a fim de remover perigo iminente, não excedendo os limites do indispensável para tal.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.

22. Sobre a prescrição, conforme dispõe o Código Civil, é correto afirmar que

- (A) seus prazos podem ser alterados por acordo das partes.
- (B) a renúncia da prescrição só valerá se for expressa, não podendo ser tácita.
- (C) ocorrerá a prescrição entre ascendentes e descendentes durante o poder familiar.
- (D) a prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.

23. O artigo 205 do Código Civil estabelece que, quando a lei não fixar prazo menor, a prescrição ocorrerá em

- (A) um ano.
- (B) dez anos.
- (C) vinte anos.
- (D) cento e oitenta dias.

24. Em relação ao domicílio, quanto às pessoas jurídicas, é correto afirmar que o domicílio

- (A) da União é São Paulo.
- (B) do Estado é a sua maior cidade em termos territoriais.
- (C) dos Territórios é o Distrito Federal.
- (D) do Município é o lugar onde funcione a administração municipal.

25. Têm domicílio necessário o

- (A) incapaz e o servidor público, somente.
- (B) militar, o marítimo e o preso, apenas.
- (C) incapaz e o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.
- (D) servidor público, o militar, o marítimo e o preso, apenas.

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

26. Quanto à classificação das constituições, no que tange à forma, elas podem ser

- (A) escritas ou imutáveis.
- (B) rígidas ou formais.
- (C) materiais ou outorgadas.
- (D) escritas ou não escritas.

27. Em relação à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar que, quanto a sua origem, ela é classificada como

- (A) outorgada.
- (B) promulgada.
- (C) imposta.
- (D) não escrita.

28. Acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, é correto afirmar que eficácia plena é o mesmo que eficácia

- (A) absoluta.
- (B) contida.
- (C) restringível.
- (D) limitada.

29. Sobre os direitos políticos, de acordo com a CF/1988, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada a suspensão de direitos políticos.
- (B) É vedada a cassação de direitos políticos.**
- (C) A perda de direitos políticos só se dará no caso de incapacidade civil relativa.
- (D) O cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado não causa perda dos direitos políticos.

30. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que o(a)

- (A) empresa contratante estabelecer.
- (B) empresa contratada estabelecer.
- (C) sindicato da categoria estabelecer.
- (D) lei estabelecer.**

31. É correto afirmar que sempre que a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania conceder-se-á

- (A) mandado de segurança.
- (B) *habeas corpus*.
- (C) *habeas data*.
- (D) mandado de injunção.**

32. A destituição do Procurador-Geral da República é feita por iniciativa do

- (A) Presidente do Senado e deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- (B) Presidente da República e deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.**
- (C) Presidente da Câmara dos Deputados e deverá ser precedida de autorização do Presidente da República.
- (D) povo e deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.

33. Acerca da Administração Pública, de acordo com a CF/1988, é correto afirmar que

- (A) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação paramilitar.
- (B) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.**

(C) a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo indeterminado para atender à necessidade de excepcional interesse público.

(D) o prazo de validade do concurso público será de até quatro anos, prorrogável uma vez, por igual período.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

34. A petição inicial indicará, entre outras informações,

- I. o fato e os fundamentos jurídicos do pedido.
- II. as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.
- III. o valor da causa.

É correto o que está contido em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.**

35. O artigo 296 e seu parágrafo único, do Código de Processo Civil (Lei nº 5.869/1973), estabelece que, se indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, reformar sua decisão. Não sendo reformada a decisão, os autos serão

- (A) imediatamente arquivados.
- (B) encaminhados ao autor para que reformule a petição inicial.
- (C) imediatamente encaminhados ao tribunal competente.**
- (D) encaminhados ao réu para que tome conhecimento.

36. Segundo o que determina o Código de Processo Civil (Lei nº 5.869/1973), é correto afirmar que, ocorrendo revelia, o autor

- I. não poderá alterar o pedido.**
- II. ainda poderá alterar a causa de pedir.
- III. poderá demandar declaração incidente, em qualquer hipótese.

É correto o que está contido em

- (A) I, apenas.**
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) III, apenas.

37. Com base no disposto no artigo 458, do Código de Processo Civil (Lei nº 5.869/1973), são requisitos essenciais da sentença o(s)

- I. relatório, que conterà os nomes das partes, a suma do pedido e da resposta do réu, bem como o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo.
- II. fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito.
- III. dispositivo, em que o juiz resolverá as questões que as partes lhe submeterem.

É correto o que está contido em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.

38. São condições da ação:

- (A) legitimidade *ad causam* e possibilidade jurídica do pedido, apenas.
- (B) possibilidade jurídica do pedido e interesse de agir, apenas.
- (C) legitimidade *ad causam*, possibilidade jurídica do pedido e interesse de agir.
- (D) interesse de agir e legitimidade *ad causam*, apenas.

39. Acerca das providências preliminares, dispostas no CPC (Lei nº 5.869/1973), leia o dispositivo abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

Findo o prazo para a resposta do réu, o \_\_\_\_\_ fará a conclusão dos autos. O \_\_\_\_\_, no prazo de 10 (dez) dias, determinará, conforme o caso, as providências preliminares [...]. (Art. 323)

- (A) juiz/ escrivão
- (B) escrivão/ juiz
- (C) perito/ juiz
- (D) juiz/ oficial de justiça

40. É correto afirmar que a ação é um direito

- (A) autônomo, subjetivo e público de invocar o Poder Judiciário para que ele lhe diga o direito no caso concreto.
- (B) autônomo, objetivo e público de invocar o Poder Judiciário para que ele lhe diga o direito no caso abstrato.
- (C) subjetivo e privado de invocar o Poder Judiciário para que ele lhe diga o direito no caso abstrato.

(D) autônomo, objetivo e privado de invocar o Poder Judiciário para que ele lhe diga o direito no caso concreto.